

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Equipe de Bolsonaro avalia imposto flexível para diesel.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Presidenciável avalia nome militar para a Petrobrás	4
Título: Governo envia Força Nacional à Amazônia	5
Título: Afetado por câmbio, lucro da Vale cai 20% no trimestre	7
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	8
Título: Postos não repassam queda da gasolina	8
Título: Um repórter do poder e suas fontes	9
Título: Consulta pública discute leilão de termelétricas	12
Título: Curtas	13
Título: Economia de carbono zero ao alcance	13
Título: Bancos esperam bons resultados de Usiminas.....	16
Título: Vale vê espaço em 2019 para novo plano de recompra de ações	17
Título: Dívida da companhia segue em queda	20
Título: Pedido de vista adia caso de Santo Antonio no STJ	21
Título: Diminui a diferença entre ação ON e PN da Petrobras.....	23

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 25/10/2018**Seção:** Mercado**Autor:** Julio Wiziack e Mariana Carneiro**Título:** Equipe de Bolsonaro avalia imposto flexível para diesel

Medida amorteceria impacto do preço internacional do petróleo no mercado interno

Brasília- As medidas do presidente Michel Temer para baixar o preço dos combustíveis atendendo à reivindicação de caminhheiros grevistas viraram base das propostas de Jair Bolsonaro (PSL) para o setor, mesmo sem terem surtido o efeito esperado.

Em seu plano de governo, o presidenciável diz que deixará a Petrobras livre para seguir os preços praticados no mercado internacional, mas com "mecanismos de hedge" [proteção] para suavizar a volatilidade da cotação do petróleo.

Em outra frente, para reduzir o preço dos combustíveis nas bombas, quer negociar com os estados mudanças nas alíquotas do ICMS.

Ambas as medidas foram negociadas na greve dos caminhoneiros, em maio, pela equipe de Temer para encerrar a paralisação, que contribuiu para reduzir a taxa de crescimento da economia.

Para sustentar o "colchão" contra a volatilidade dos preços internacionais, Temer reduziu as alíquotas de PIS e Cofins e zerou a Cide, tributos que incidem sobre o diesel.

A ideia era que o desconto dos tributos fosse integralmente repassado ao preço nas bombas, o que não ocorreu, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo). A redução foi parcial porque a definição de preço é uma decisão do próprio mercado.

Hoje apolítica de subvenção financiada pela renúncia de tributos segura o repasse da cotação do petróleo para o diesel em intervalos de 30 dias.

O prazo de vigência dessa medida expira no final deste ano sem que o preço do diesel tenha sofrido grandes reduções, como pretendiam os caminhoneiros.

Na ocasião, o **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, estudou ampliar a subvenção criando um "colchão" para outros combustíveis, especialmente a gasolina. A proposta não foi adiante.

Considerada intervencionista, essa política de governo levou o então presidente da Petrobras Pedro Parente a pedir demissão. Ele vinha imprimindo uma gestão de independência da estatal, recuperando perdas bilionárias sofridas com as interferências políticas e esquemas de corrupção revelados na operação Lava Jato.

Para contornar a situação, uma das ideias em discussão pela equipe de Bolsonaro é a criação de um imposto flexível. Ele funcionaria da seguinte forma: nos momentos de alta do petróleo, o imposto cobrado sobre combustíveis seria mais baixo e, ao contrário, seria mais elevado nos momentos de baixa do óleo. Esse modelo, segundo assessores e consultores do candidato, funciona em alguns países da Europa.

O problema é que Bolsonaro já afirmou que não haverá aumento de impostos e, na prática, essa medida pode significar mais encargos tributários para os consumidores no longo prazo.

Essa fórmula, que ainda está sob análise, exigiria mudanças regulatórias prevendo a variação automática do imposto e evitaria impactos fiscais mais severos, como a política atual de subvenção ao diesel.

Outros países já tentaram moderar os efeitos da volatilidade do petróleo sobre os preços cobrados ao consumidor. A Colômbia, por exemplo, criou um fundo para amortecer os altos e baixos. Criado em 2008, tornou-se deficitário em 2010, com o prejuízo bancado pelo governo.

Uma outra frente de estudo ainda defende a ideia de tentar unificar e reduzir as alíquotas de ICMS com alguma medida de compensação aos estados por eventuais perdas —uma proposta mais complicada de ser costurada, porque depende de aprovação conjunta dos governos estaduais.

Na greve dos caminhoneiros, a proposta foi vetada pela maioria dos estados em reunião extraordinária do Confaz, o conselho que reúne as secretarias de Fazenda do país.

Analistas do mercado de óleo e gás consideram que a política de controle de preços sinalizada por Bolsonaro mostra que a independência da Petrobras deverá ser mantida e que Bolsonaro não quer ficar refém dos caminhoneiros, que têm poder de estrago na economia caso decidam interromper o transporte de cargas no país.

Cálculos do Ministério da Fazenda revelaram que, durante os dez dias de paralisação, houve perdas de R\$ 15 bilhões na economia, um impacto de 0,2% do PIB neste ano.

O candidato já pediu à sua equipe de infraestrutura, coordenada pelo general Oswaldo Ferreira, estudos para impulsionar investimentos em ferrovias e outras vias de transporte.

O carro-chefe de Bolsonaro nesse setor é o Plano Nacional de Logística herdado de Temer que prevê investimentos em obras já mapeadas que reduziriam os gargalos de logística para o escoamento de cargas pelo país.

Se o plano for mesmo seguido, estima-se uma redução de R\$ 54,7 bilhões dos custos de transporte até 2025.

A dependência de rodovias cairá dos atuais 64% de participação do volume de cargas para 50%. Essa diferença será praticamente incorporada pelas ferrovias, que saltam de 18% de participação para 31%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/10/2018

Seção: Política

Autor: Leonencio Nossa / BRASÍLIA

Título: Presidenciável avalia nome militar para a Petrobrás

Campanha de Bolsonaro considera que general no comando da estatal passaria imagem de austeridade a governo

O candidato do PSL à Presidência, Jair Bolsonaro, avalia nomes militares para presidir a Petrobrás, caso seja eleito. Para setores da campanha do presidenciável, a mais importante estatal do País sob o comando de um general passaria a imagem de austeridade para minimizar impactos de um possível governo com políticos tradicionais. A Petrobrás é considerada simbólica por ter sido alvo da Operação Lava Jato durante os governos do PT.

As análises na campanha do capitão reformado sobre a escolha de um militar para a presidência da Petrobrás, num eventual governo, ocorrem num momento em que tanto Bolsonaro quanto seu principal conselheiro na área econômica, Paulo Guedes, são questionados sobre divergências entre o pensamento estatizante que marcou a trajetória parlamentar do candidato e a linha ultraliberal do economista. Logo que foi apresentado como conselheiro

econômico de Bolsonaro, Guedes deixou claro que defendia a privatização total das estatais, incluindo a Petrobrás e a Eletrobrás.

Bolsonaro, no entanto, ponderou que as empresas eram "estratégicas" e ficariam fora. Depois, afirmou que as áreas de distribuição e refino da Petrobrás poderiam ser vendidas. A produção de óleo ficaria preservada. Até o momento, não há nomes nas Forças Armadas cotados para presidir a estatal. Os generais da reserva ligados a Bolsonaro atuam mais nas áreas de defesa e infraestrutura. Ao discutir com aliados a possibilidade de colocar a Petrobrás sob o comando de um militar, Bolsonaro tenta também segurar eventuais indicações de partidos do Centrão.

Criada rastro do nacionalismo varguista em 1953, a Petrobrás foi comandada por militares nos seus primeiros 25 anos. Neste período, apenas três dos 15 presidentes da companhia eram civis. Durante a ditadura militar, a companhia teve entre seus presidentes o general Ernesto Geisel (1969-1973), período que foi o apogeu da política estatizante do regime. A partir da nomeação do advogado Shigeaki Ueki, em 1979, a empresa só teve comandantes civis.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/10/2018

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Governo envia Força Nacional à Amazônia

Grupo vai dar apoio a equipes do ICMBio após ataques ocorridos no fim de semana

Lígia Formenti / BRASÍLIA O governo federal vai enviar à Região Norte homens da Força Nacional para resguardar os trabalhos de equipes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que foram alvo de ataques no fim de semana durante operações de combate ao desmatamento na Amazônia.

Viaturas de fiscais do órgão e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foram incendiadas e depredadas em Rondônia. Em outra ação, no Pará, fiscais ficaram ilhados durante sete horas, depois que criminosos incendiaram pontes e fizeram fogueiras à beira da BR-163. Não houve feridos.

Uma portaria conjunta dos Ministérios da Segurança Pública e do Meio Ambiente deve ser publicada hoje no Diário Oficial da União para permitir a

operação, que deve durar até 180 dias. A medida foi anunciada ontem, em Brasília, pelo ministro de Meio Ambiente, Edson Duarte. Ainda não foram divulgadas, no entanto, informações sobre quantos homens serão enviados nem as áreas atendidas.

O presidente em exercício do Ibama, Luciano Evaristo, afirmou ser tradicional o aumento de conflitos em períodos que antecedem eleições. "Isso acontece com qualquer disputa, seja de governo estadual, para presidente ou para comandar municípios. Há um comprometimento da política local, um incentivo com o desmatador. E nessa época a pressão aumenta", disse Evaristo.

A Força Nacional já acompanha equipes do Ibama, cuja atividade – de fiscalização de desmatamento ilegal ou sobre ações de garimpeiros, por exemplo –, até agora, era considerada de maior risco pelo Ministério do Meio Ambiente. O efetivo atual da força é de 96 homens.

A proteção de equipes do ICMBio, por sua vez, era feita até então por policiais estaduais. O órgão é responsável pela gestão das unidades de conservação do País e também atua, em apoio ao Ibama, no combate a atividades ilegais nesses locais.

Nesta semana, no entanto, diante da escalada de violência, o governo do Pará decidiu não fazer novas ações de apoio policial à equipe ambiental. Desde ontem não há policiais estaduais em campo acompanhando os 14 técnicos do ICMBio no Estado. "Respeitamos a decisão, mas nosso papel é garantir a segurança dos servidores. Vamos continuar atuando", disse o ministro. Os técnicos do ICMBio vinham sendo acompanhados por 20 policiais estaduais.

Tensão. A maior tensão está atualmente concentrada na BR-163, entre o sul do Pará e Santarém, afirmou o presidente do ICMBio, Paulo Carneiro. Evaristo também chamou a atenção para as regiões do sul do Amazonas e o noroeste de Mato Grosso. "São áreas críticas. Todas perigosíssimas. Ninguém está lá para brincado", completou. Flagrante feito pelo Greenpeace no início de outubro, com sobrevoo sobre o sul do Amazonas, o Acre e Rondônia, registrou diversos focos recentes de queimadas, em uma época em que o fogo já deveria estar arrefecendo.

Duarte afirmou também que está em curso investigação para apurar ameaças publicadas em redes sociais. "Estamos combatendo o crime organizado. Estamos reagindo e vamos continuar reagindo." Nas regiões seriam cometidos, além de garimpo e desmatamento ilegal, contrabando e trabalho infantil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 25/10/2018****Seção: Economia****Autor: Renata Batista / RIO****Título: Afetado por câmbio, lucro da Vale cai 20% no trimestre**

Companhia, no entanto, registrou um forte resultado operacional, com recorde de produção e de venda de minério

Com um forte resultado operacional, marcado pelos recordes de produção e venda de minério de ferro anunciados na semana passada, a Vale lucrou R\$ 5,75 bilhões no terceiro trimestre. O lucro ficou 20% abaixo do registrado no mesmo período do ano passado, prejudicado pelo impacto contábil de quase R\$ 3 bilhões da desvalorização do real. Mesmo assim, o aumento de mais 30% na receita entre julho e setembro permite que a empresa mantenha o ritmo de pagamento de dividendos aos acionistas. A empresa pagou R\$ 7,69 bilhões no primeiro semestre.

Deve distribuir mais cerca de R\$ 8 bilhões em dividendos até o fim do ano. Além disso, entre julho e setembro, gastou metade do US\$ 1 bilhão destinado a recompra de ações. Para o diretor financeiro da companhia, Luciano Siani Pires, essas ainda são as escolhas prioritárias para aplicação dos R\$ 10 bilhões em caixa livre que a mineradora deve acumular até o fim do ano. No relatório divulgado ontem, porém, a Vale sinaliza que começa a olhar outras oportunidades para aplicação dos recursos livres.

O conselho de administração aprovou a expansão do projeto de produção de cobre de Salobo, em Marabá, que entrará em sua terceira etapa. O diretor também não descarta aquisição de participações em novos projetos ou empresas. A expectativa é que os investimentos se acelerem no quarto trimestre, com desembolso de US\$ 1,3 bilhão. A Vale vem se beneficiando fortemente da demanda por minério de maior qualidade no mercado chinês.

Quase 80% das vendas no terceiro trimestre se situam nas categorias premium, que têm maior teor de ferro e são menos poluentes. Com isso, o minério e as pelotas da companhia foram comercializados US\$ 11/tonelada acima da cotação do produto de referência. Em agosto, a empresa também conseguiu que a cotação da mistura de minérios que batizou de Brazilian

Blend Fines (BRBF) começasse a ser acompanhada pelo Metal Bulletin, uma das principais fontes de informação do setor de mineração.

No terceiro trimestre, o prêmio do BRBF foi de quase US\$ 6/t sobre o índice de referência. "Os fortes resultados do terceiro trimestre mostram a mudança estrutural nos mercados de minério de ferro e aço chineses. Somos a empresa de mineração mais bem posicionada para nos beneficiarmos do flight to quality, dada a crescente participação de produtos premium", disse o presidente da Vale, Fabio Schvartsman.

O ex-diretor da companhia José Carlos Martins acredita que a empresa tem potencial para ter 100% de produtos premium. Mas explica que não é inteligente colocar o produto com maior teor puro no mercado, mas sim misturá-lo a minérios mais pobres, porque os chineses acabam fazendo a mistura por conta própria. Isso abre espaço para os concorrentes que têm produto de menor qualidade mais próximo da China.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 25/10/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Santa Rita

Título: Postos não repassam queda da gasolina

A Petrobras anunciou nova baixa no preço da gasolina nas refinarias. A partir de hoje, o litro do combustível será vendido pela estatal por R\$ 1,9855 — valor sem impostos. A redução veio numa sequência de cortes anunciados pela estatal. O valor do produto nas bombas, porém, não sofreu alterações significativas. Pesquisa feita pelo Correio em 30 revendedores, desde segunda-feira, mostrou redução média de apenas R\$ 0,03.

Em um posto da Asa Norte, o preço chega a R\$ 5,16, o mais alto encontrado no levantamento. O valor mais em conta é encontrado, como de costume, na EPTG e em Taguatinga, onde o litro da gasolina é vendido por R\$ 4,69. Para o contador Edvaldo da Silva, de 50 anos, o não repasse da queda de preços da estatal para as bombas "é um desrespeito com o consumidor". "Eu uso muito o carro para visitar clientes. Moro em Ceilândia e preciso ir a vários lugares na cidade", reclamou.

Para fugir dos preços altos, Silva abastece sempre em pequenas quantidades, nos postos que cobram menos. É a mesma estratégia de Maria Zilda Araújo, 50, funcionária pública. “Acho complicado diminuir o preço nas refinarias e não nas bombas. Eu abasteço de pouco em pouco”, contou.

Segundo o economista sênior da Confederação Nacional de Comércio (CNC), Fábio Bentes, a taxa de câmbio é o maior impulsionador das quedas anunciadas pela Petrobras. O preço do combustível varia de acordo com as cotações do barril do petróleo e do dólar. Este último vem em ritmo de queda com a confiança do mercado de que o candidato com perfil mais reformista, Jair Bolsonaro, do PSL, seja eleito no segundo turno das eleições.

Bentes, no entanto, lembrou que o ano que vem pode trazer surpresas para o consumidor. O comportamento da inflação mostra que será mais difícil atingir a meta de 4,25% fixada pelo governo. “Por isso, o Banco Central deve aumentar os juros, o que, de modo geral, é ruim para o consumidor”, analisou. O economista lembrou que a gasolina é um dos cinco produtos que mais contribuiu para inflação nos últimos 12 meses.

*** Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Luiz Gutemberg | Para o Valor, de Brasília

Título: Um repórter do poder e suas fontes

Raymundo Costa: fonte é fonte e desde que verdadeira, não tem bandeira, vale por seu valor intrínseco de notícia

Jamais se saberá, em extensão e profundidade, quem foi Raymundo Costa (1952-2018), repórter do Valor, morto na noite de terça-feira e sepultado ontem, em Brasília, dois anos depois de ter sido diagnosticado com um câncer no pulmão. Pelo menos, será difícil catalogar suas mais expressivas contribuições ao jornalismo. Certamente um dos dez jornalistas - um exagero a precisar a ideia de que fez parte de grupo profissional reduzidíssimo - mais bem informados e influentes da vida brasileira dos últimos 40 anos. Sua grande obra, porém, está diluída na contribuição aos jornais e revistas em que trabalhou.

O melhor da produção do repórter Raymundo Costa está contido em manchetes e textos, nem sempre assinados, para os quais colaborou como dedicado participante das equipes que integrou. Suas informações eram a espinha dorsal

que consolidava o noticiário. Raymundinho prodigalizava a confiança e a presteza com que as fontes - sem as quais as notícias não vicejam, reduzidas a registros sem tempero - lhe passavam informações que transcrevia com precisão, coragem e discrição.

Desde que desembarcou em Brasília, no fim do AI-5, começou a montar sua rede de interlocutores políticos, fontes confiáveis e muitas vezes exclusivas. Raymundo era paraense, e o general Moraes Rego, assistente do então presidente Ernesto Geisel, mais tarde chefe da Casa Militar, tendo servido por longo tempo na Amazônia, promoveu um "upgrade" federal de uma disputa estadual entre o senador Jarbas Passarinho e o então governador do Pará, Alacid Nunes.

O primeiro e principal mix de informações de Raymundinho, portanto, envolvia a Amazônia. As primeiras e contundentes críticas à Transamazônica (herança do governo Médici) e o processo de distensão e o fim do AI-5, tônicas do governo Geisel, transitavam por essas fontes paraenses. No entanto, iam mais longe, pois a recalcitrância da linha dura em desmobilizar a repressão, até então livre para torturar e matar. Produziam um substancial cardápio de notícias que dependiam, para circular, de fontes seguras e habilidade de redação. Como Raymundinho demonstraria em 1985, com histórica reportagem de cinco páginas, com fotos de grande impacto, sobre a Guerrilha do Araguaia, publicada pela revista "IstoÉ".

A caderneta telefônica de Raymundo operava prodígios. Para as fontes, era um interlocutor confiável, comprovadamente prudente. A coragem em estabelecê-las e mantê-las, por exemplo, com os advogados de ativistas da oposição durante a ditadura - que envolvia perigo real - permitiu-lhe contar com bom número de interlocutores com atuação expressiva na judicialização atual da atividade política. Naqueles anos, porém, com os superpoderes do SNI e do sistema repressivo, corria-se risco real, talvez mortal

Sem pretensões literárias, ao menos confessadas, mas escrevendo com elegância e correção, Raymundinho era capaz, com dois ou três telefonemas, de assegurar a um só tempo substância e sustentação a uma manchete, ilustrada com detalhes de episódios fortuitos e com força testemunhal. Se tivesse vivido na Itália e participado da era de ouro do jornal "La Repubblica", nos anos 1960 (cujas manchetes tinham a contribuição de toda a redação), seria celebrado por informações decisivas, muitas vezes restritas a uma confirmação indispensável.

Sua técnica consistia em dominar amplamente as "histórias correntes". Aplicava-se com humildade em conhecer o genérico, o que lhe facilitava receber e encaixar nos seus textos pequenas contribuições, muitas vezes apenas uma palavra, um sim ou um não, das fontes exclusivas. Com isso, estava liberado

para a apresentação de versões não apenas de temas políticos, uma área enciclopédica, já que envolve planos econômicos, tecnológicos, ambientais, diplomáticos. Durante a Constituinte de 1988, Raymundinho chegou na frente registrando em primeira mão a rebeldia da maioria silenciosa, que em nome de um impreciso centro-direita desfigurou o espírito social-democrata, à europeia, que a princípio parecia predominar na condução da Assembleia. Foi quando surgiu a classificação do "baixo clero" - designação tomada emprestada da história da Revolução Francesa - e que se transformaria no Centrão e no bloco que se delineia para a futura maioria do Congresso a empossar-se em 1º de fevereiro de 2019.

O leque das fontes jornalísticas, porém, é amplo e colorido, e Raymundinho abriu o seu de forma ampla, além do épico e dramático. Tanto que ninguém conseguiu concorrer com ele na antecipação das manobras do atual governo do MDB, desde os prólogos do governo Temer, ainda durante o impeachment. Livre de riscos de quando a situação exigia prudência e mistério, Raymundinho acertou com segurança em antecipações que lhe sopraram, sem grande cerimônia, o senador Jader Barbalho e **o ministro Moreira Franco**. Finalmente, fonte é fonte, e, desde que verdadeiras, não têm bandeira, valem por seu valor intrínseco de notícia.

A passagem de Raymundinho pelo Painei, da "Folha", é citada como um dos períodos mais notáveis daquele espaço em que muitos se perdem pela tentação do impacto ou do pitoresco, e Raymundo aproveitou para fazer transitar, como dizia, os "capítulos do dia" a as "intrigas correntes, reais, mas a conferir".

Sua técnica de abordagem, além da convencional das perguntas e respostas, de que nem sempre era possível fugir, consistia em longas e tranquilas conversas, em que deixava os interlocutores à vontade, sem esquecer de colocá-los ante as notícias em que trabalhava. Por isso, a primeira ideia que ocorria aos políticos, a começar pelo presidente da República, Michel Temer, para evocar os contatos com Raymundo Costa, não era de entrevistas convencionais, mas de conversas descontraídas e das quais extraía, com extrema segurança, definições consequentes e frases "entre aspas", nunca contestadas. Segundo ele, graças à boa memória.

Entre Belém, início da sua carreira em "A Província do Pará", jornal da antiga cadeia dos Diários Associados (onde conheceu sua mulher, a pedagoga Graziela, que trabalhava como revisora) e Brasília, onde viveu seus últimos anos, Raymundo Costa trabalhou como correspondente de "O Estado de S. Paulo" em São Luís (MA) e em São Paulo, com passagens por "Folha", "Veja", "IstoÉ" e "O Globo". Nos últimos 13 anos, foi repórter político e colunista semanal, às terças feiras, do Valor.

A biografia de Raymundo Costa, à margem da sua atuação relevante como jornalista, foi temperada por paixões generosas, como a fervorosa torcida pelo Botafogo de Futebol e Regatas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Consulta pública discute leilão de termelétricas

O Ministério de Minas e Energia (MME) lançou mais uma consulta pública com curto período para contribuições, desta vez para viabilizar um modelo diferente de leilão de energia de reserva. O certame, previsto para o primeiro semestre de 2019, vai viabilizar a polêmica contratação de termelétricas a gás natural na região Nordeste do país.

A proposta colocada em consulta se baseia em uma nota técnica preparada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que indica a necessidade de instalação de 13 gigawatts (GW) de potência, sendo 12 GW em usinas flexíveis (que não geram de forma contínua e são despachadas pelo operador quando necessário). Desse total, a EPE calcula que 2,4 GW são necessários no Nordeste, 2,7 GW, no Sul, e 7 GW, no Sudeste/Centro-Oeste.

Essa é a mesma nota técnica que tinha sido usada para justificar o leilão de térmicas só para a região Nordeste. A diferença é que a proposta do MME agora prevê também a contratação para o restante do país, com exceção da região Norte.

A energia de reserva é contratada pelo governo e paga por todos os consumidores, dos mercados cativo e livre, por meio dos encargos de serviços do sistema (ESS). Ainda que o certame represente um aumento no encargo, o argumento do governo é que essas térmicas serão mais baratas e substituirão usinas mais caras, a diesel e óleo combustível, cujos contratos se encerrarão nos próximos anos.

A proposta de contratação apenas de técnicas "flexíveis" é polêmica. "A usina não consegue um contrato de gás a um preço barato, por ser totalmente flexível", disse o professor Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ. Segundo ele, como não há previsão sobre a quantidade de energia que será despachada, o custo do gás fica elevado nesses contratos.

"Veja as térmicas a óleo do Nordeste, elas estão despachando o tempo todo. As nossas estimativas mostram que no futuro não será diferente", afirmou João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia.

O prazo da consulta pública também é alvo de críticas. Recentemente, o MME lançou duas consultas públicas com duração curtíssima, de quatro dias, para discutir a viabilização das termelétricas Termofortaleza, Cuiabá, Araucária e Uruguaiana. Essa consulta vai até 7 de novembro, duração de 15 dias. "Não é um tema urgente que o governo não possa aguardar mais para lançar a consulta", disse uma fonte, sob condição de anonimato.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	25/10/2018
Seção:	Brasil
Autor:	
Título:	Curtas

Gás na Amazônia

A Associação Brasileira de Empresas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (ABEP) entrou com um mandado de segurança coletivo contra o governo do Amazonas. A entidade, que representa as petroleiras, questiona o aumento da carga tributária sobre o gás natural no Estado. O assunto afeta diretamente as operações da Petrobras em Urucu, o maior polo de gás natural em terra do Brasil e que produz cerca de 14,7 milhões de metros cúbicos diários. Outra empresa diretamente interessada na ação é a Eneva, que adquiriu neste ano, da Petrobras, o campo de Azulão, na Bacia do Amazonas, e tem planos de desenvolver uma termelétrica na cabeça do poço.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	25/10/2018
Seção:	Opinião
Autor:	Adair Turner
Título:	Economia de carbono zero ao alcance

Quando o Acordo de Paris sobre o clima foi concluído, em dezembro de 2015, quase todos os países do mundo se comprometeram a limitar o aquecimento global em níveis bem inferiores aos 2°C em relação aos patamares pré-industriais e apresentaram o documento "Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas" (INDCs, nas iniciais em inglês) que descrevia a

maneira pela qual eles ou deteriam ou reduziram as emissões nos dez anos seguintes. Os investimentos mundiais em energia elétrica renovável ultrapassam de longe, atualmente, os investimentos em usinas de combustíveis fósseis; os custos das baterias estão caindo, e as vendas de veículos elétricos, aumentando; e, mesmo nos EUA do presidente Donald Trump, as usinas de geração a combustão de carvão continuam a fechar.

Mas, apesar desse avanço, o mais recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, nas iniciais em inglês) traz uma previsão assustadora: com base nas tendências atuais, o mundo se encaminha para registrar um aquecimento global de 3° até 2100, para um nível não alcançado há mais de um milhão de anos. O dano que isso causará ao bem-estar humano tende a ser catastrófico.

O relatório do IPCC deixa claro que a meta ideal deveria ser restringir o aquecimento a 1,5°C. Acima desse nível, as consequências adversas se agravam cada vez mais. Mas para alcançar esse objetivo as emissões mundiais de dióxido de carbono teriam de chegar ao líquido de zero até por volta de 2055, e ainda mais cedo se, como infelizmente é inevitável, as emissões permanecerem nos níveis atuais por vários anos mais.

As exatas implicações para níveis aceitáveis de emissões de centrais de geração de energia elétrica, unidades industriais, redes de transportes e sistemas de calefação dependem da rapidez com que as emissões causadas pelas mudanças do uso da terra, como o desmatamento, puderem ser eliminadas e da rapidez com que as emissões de gases-estufa que não o CO₂ (de metano ou óxido nitroso, por exemplo) puderem ser reduzidas.

Mas está claro que, se não chegarmos a emissões líquidas zero decorrentes do uso de energia e da indústria até por volta de 2060 - e antes disso, em economias desenvolvidas -, teremos que depender da suposição de que as mudanças no uso do solo poderão gerar grandes emissões negativas no fim do século XXI. Se isso não se confirmar, o aquecimento vai aumentar para níveis superiores a 1,5°C.

Chegar a emissões líquidas zero em apenas 40 anos será um enorme desafio. Mas, como argumenta um relatório da Comissão de Transições Energéticas a ser divulgado em breve, a boa notícia é que isso é tecnicamente possível, a um custo aceitavelmente baixo. Além disso, nós já conhecemos as tecnologias fundamentais de que precisamos para alcançar esse objetivo.

Todos os caminhos viáveis para uma economia de baixo carbono e, finalmente, de um líquido de emissões de CO₂ zero exigem um enorme incremento no papel da energia elétrica. A participação da energia elétrica na demanda final de

energia terá de crescer a partir dos cerca de 20% atuais para aproximadamente 60% até meados ao final do século, e o total mundial de geração de energia elétrica terá de aumentar, dos cerca de 25 mil terawatts-hora (TWh) atuais para nada menos que 100 mil TWh.

Supondo-se crescimento anual de 3%, o PIB mundial, hoje de quase US\$ 100 trilhões, poderá alcançar US\$ 260 trilhões até 2050. O mundo precisa investir menos que 0,6% de sua renda nos próximos 40 anos para evitar danos catastróficos ao bem-estar humano

Essa energia elétrica tem de provir de fontes de baixo carbono. E, embora a geração nuclear e a gás de energia elétrica, neutralizada pela captura de carbono, possa desempenhar papel significativo, a parte do leão terá de provir de fontes renováveis - de 70% a 80%, pelos cenários do IPCC. Mas há uma extensão suficientemente grande de terras no mundo para sustentar uma expansão renovável nessa escala, e tempo suficiente para fazer os investimentos necessários, desde que possamos agir rapidamente.

Três outros conjuntos de tecnologias também serão essenciais. Em primeiro lugar, o hidrogênio, a amônia e talvez o metanol, têm de ser usados como portadores de energia no transporte e em aplicações industriais e como matérias-primas de produtos químicos. Todos os três acabarão sendo produzidos sinteticamente, por meio do uso de energia elétrica limpa como fonte final de energia.

Em segundo lugar, a biomassa poderá fornecer combustível para aviação de baixo carbono ou insumo para a produção de plásticos. A escala de uso total, no entanto, terá de ser cuidadosamente administrada a fim de evitar impactos danosos sobre os ecossistemas e o abastecimento de alimentos.

Em terceiro lugar, deve haver pelo menos algum papel para a captura de carbono, e para sua armazenagem ou uso em processos industriais fundamentais, como produção de cimento, para os quais não se dispõem no momento de rotas alternativas viáveis de descarbonização.

Construir uma economia de carbono zero exigirá, naturalmente, enorme investimento em produção e transmissão de energia elétrica, novas unidades industriais e equipamentos mais eficientes. Para conquistar o objetivo da elevação de 1,5°C, o IPCC estima que o investimento mundial adicional necessário, de 2015 a 2050, poderá ser de US\$ 900 bilhões ao ano. Essa pode parecer uma cifra vertiginosamente alta; mas, supondo-se um crescimento econômico anual de 3%, o PIB mundial, hoje de quase US\$ 100 trilhões, poderá alcançar US\$ 260 trilhões até 2050. Isso implica que o mundo precisa investir

menos que 0,6% de sua renda nos próximos 40 anos para evitar danos catastróficos ao bem-estar humano.

Só a China investe sozinha mais de US\$ 5 trilhões ao ano atualmente. Uma proporção significativa desse valor é desperdiçada na construção de prédios de apartamentos que nunca serão ocupados em cidades que se defrontam com a estagnação e, eventualmente, queda das populações. A China poderia erigir uma economia de carbono zero sem qualquer sacrifício do consumo por meio do redirecionamento dos investimentos. Para o mundo com um todo, o impacto sobre os padrões de vida de atingir emissões líquidas zero será praticamente desprezível.

Mas, embora uma economia de carbono zero seja, sem dúvida, tecnicamente factível e facilmente acessível do ponto de vista financeiro, não será alcançada sem sólidas políticas públicas e estratégias de negócios voltadas para o futuro. Os governos precisam produzir regulamentação de fixação de preços do carbono e regulamentação de produtos e respaldar tecnologias e infraestruturas fundamentais, e as empresas dos setores produtores de energia e dos setores que mais utilizam energia têm de desenvolver estratégias focadas em como conquistar emissões zero até meados do século e em como começar a transição hoje.

A alternativa a isso é vivermos mais dez anos de avanços apenas adicionais, que nos colocarão num caminho catastrófico rumo a um aquecimento de 3°C durante a vida das crianças atuais. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

Adair Turner, presidente do Instituto para o Novo Pensamento Econômico e ex-presidente do Departamento de Serviços Financeiros do Reino Unido, é presidente da Comissão de Transições Energéticas. Copyright: Project Syndicate, 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Bancos esperam bons resultados de Usiminas

O mercado espera crescimento nas principais linhas de resultado da Usiminas no terceiro trimestre. Segundo levantamento do Valor com seis casas de análise - Bradesco BBI, XP, Itaú BBA, Morgan Stanley, Santander e Safra -, o avanço da demanda local e o efeito cambial nas exportações devem impulsionar o lucro e a receita.

Na primeira linha do balanço, a projeção de XP, Bradesco, Itaú, Morgan Stanley e Safra é de um crescimento médio de 28,8%, para R\$ 3,53 bilhões, em base anual. O efeito principal na receita líquida é o do aumento das vendas e dos preços no mercado doméstico.

A XP estima incremento de vendas de 7% ante o terceiro trimestre de 2017 e de 3% nos preços praticados no Brasil em relação ao segundo trimestre, por conta do anúncio de reajuste feito em julho. O Itaú BBA é ainda mais generoso, projetando alta de 13% nas vendas domésticas, "recuperando-se de um fraco desempenho no segundo trimestre quando os embarques foram afetados pela greve dos caminhoneiros", informa o banco.

Para o Safra, a explosão no gasômetro na unidade de Ipatinga (MG) da siderúrgica, ocorrida em agosto, não deve ter impacto nas vendas, uma vez que foram utilizados os estoques para suprir a demanda da paralisação temporária. A leitura é de que o efeito do acidente poderá ser visto no lucro, com o aumento dos custos.

Para o mercado externo, a visão do Bradesco é de queda de 7% nas exportações. Já o Safra vê benefícios com relação à variação cambial do período, que devem favorecer os aumentos de preço.

Para o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado, Santander, Safra, Itaú e XP projetam crescimento médio de 46%, para R\$ 661,3 milhões. Com o crescimento nas vendas compensando parcialmente o avanço dos custos de produção.

O lucro líquido deve subir 76%, para R\$ 135,6 milhões no terceiro trimestre, aponta a média das projeções de XP, Bradesco, Morgan Stanley, Santander e Safra.

A Usiminas publica seu balanço amanhã, antes da abertura do pregão. A teleconferência está marcada para às 12h.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Vale vê espaço em 2019 para novo plano de recompra de ações

Nos próximos 12 meses, a Vale vai continuar a criar mais valor para os seus acionistas do que qualquer outra empresa da indústria de mineração, disse ao **Valor** o presidente da companhia, Fabio Schvartsman. Esse resultado será assegurado, segundo ele, por um forte desempenho operacional e por uma política de remuneração "agressiva" aos detentores de ações da empresa. "Isso está só no começo", disse Schvartsman.

O bom resultado da Vale no terceiro trimestre, divulgado ontem à noite, já garantiu o pagamento mínimo aos acionistas de US\$ 1,142 bilhão em dividendos. Ainda faltará contabilizar os números do quarto trimestre do ano, mas caso a performance do período julho-setembro se repita, a remuneração total aos donos de ações da Vale poderá chegar, no mínimo, a US\$ 2,3 bilhões em março de 2019.

Com base no resultado do segundo semestre de 2018, o conselho de administração da Vale também deverá deliberar, no próximo ano, sobre uma possível nova recompra de ações da companhia no mercado. No segundo trimestre deste ano, a Vale anunciou um programa de recompra de ações de até US\$ 1 bilhão no período de 12 meses.

Até 20 de setembro, a companhia havia recomprado o equivalente a US\$ 489 milhões ou 48,9% do total. Em média, a Vale pagou US\$ 13,4 por ação, abaixo dos cerca de US\$ 15 do preço atual do papel. Schvartsman disse ter "certeza" que a meta de recomprar até US\$ 1 bilhão será atingida. Para ele, trata-se do melhor investimento que a Vale pode fazer com o dinheiro da companhia.

Uma eventual nova operação de recompra de ações depende de dois fatores: da geração de caixa livre da companhia, que só no terceiro trimestre foi de US\$ 3,1 bilhões, e do potencial de retorno do investimento para a empresa.

Pelas regras do mercado, a recompra pode atingir até 10% das ações da empresa negociadas em bolsa. A Vale tem um valor de mercado de cerca de US\$ 81 bilhões, sendo que o "free float" representa algo como US\$ 65 bilhões desse total. Significa que a recompra até agora anunciada, de US\$ 1 bilhão e que precisa atender certos limites diários, representa "uma gota d'água no oceano", nas palavras de Schvartsman.

Mas há também investimentos "orgânicos" previstos na parte operacional do negócio de minério de ferro, disse o presidente da Vale. Juntos, esses investimentos podem adicionar 20 milhões de toneladas por ano à capacidade da empresa de produzir minério de ferro de qualidade na Serra de Carajás, no Pará. Em 2020, a Vale terá capacidade nominal de produção de 450 milhões de toneladas de minério de ferro, mas em 2019 vai produzir 400 milhões de toneladas do produto.

No cobre, a companhia aprovou investimento de US\$ 1,1 bilhão para a terceira fase do projeto Salobo, no Pará

O principal novo investimento no minério de ferro, ainda em estudos, é uma expansão de 10 milhões de toneladas no empreendimento S11D, na parte sul de Carajás. Schvartsman disse que os estudos disponíveis indicam que, com "investimentos marginais", é possível ampliar a capacidade do S11D em 10 milhões de toneladas por ano. Não há, por enquanto, números precisos sobre o montante do investimento, mas sabe-se que um projeto como esse leva entre dois e três anos para ser concluído.

Um projeto mais avançado no negócio de ferrosos e aprovado pela companhia é o desembolso de US\$ 428 milhões para recuperar rejeitos da barragem de Gelado, também em Carajás, o que permitirá produzir mais 10 milhões de toneladas anuais de "pellet feed", com 64,3% de teor de ferro, para alimentar unidades de pelotização.

O minério de qualidade, com alto teor de ferro e baixos contaminantes, tem sido determinante para a forte geração de caixa da Vale, para o pagamento de dividendos aos acionistas e para a recompra de ações, além de permitir a redução da dívida. Em um ano, a Vale reduziu a dívida líquida em US\$ 10 bilhões, saindo de um patamar de US\$ 21 bilhões no terceiro trimestre de 2017 para US\$ 10,7 bilhões no terceiro trimestre de 2018.

De julho a setembro, o prêmio total recebido pela Vale - pagamentos adicionais sobre os preços de referência do mercado - foi de US\$ 11 por tonelada, sendo um acréscimo de US\$ 2,4 por tonelada nas pelotas e de US\$ 8,6 por tonelada nos finos de minério, o principal produto.

No cobre, a companhia aprovou investimento de US\$ 1,1 bilhão para a terceira fase do projeto Salobo, também no Pará, que permitirá acrescentar mais 50 mil toneladas anuais à capacidade de produção da unidade. Schvartsman disse que, apesar da queda recente nos preços do cobre, a Vale tem um custo de produção nesse produto da ordem de US\$ 2 mil por tonelada, enquanto o preço de mercado situa-se na faixa dos US\$ 6 mil por tonelada.

No níquel, porém, a situação é mais complicada, o que levou a Vale a conduzir uma reorganização desses negócios no Canadá, atividade em curso sob o comando de Eduardo Bartolomeo. "Tenho a expectativa que frutos importantes vão ser colhidos [na operação de níquel] a partir de 2019, quando os resultados serão melhores", disse Schvartsman.

Os preços atuais do níquel estão na faixa dos US\$ 12 mil por tonelada, abaixo do preço de reposição de reservas existentes, que é de US\$ 15 mil por tonelada. Os

baixos preços do níquel são resultantes de "especulação financeira" decorrente da guerra comercial entre China e Estados Unidos, na visão de Schvartsman.

Como consequência da volatilidade nos preços do níquel, a Vale já havia anunciado uma redução de 50 mil toneladas por ano na produção de níquel, o que começou em 2017, se manteve em 2018 e vai continuar em 2019. A ideia é preservar reservas esperando que os preços melhorem caso a "revolução" do carro elétrico venha a se materializar, disse o presidente da Vale.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas e Alessandra Saraiva | Do Rio

Título: Dívida da companhia segue em queda

A Vale voltou a apresentar um resultado sólido no terceiro trimestre, embora o seu lucro líquido tenha recuado e ficado abaixo da projeção de analistas ouvidos pelo **Valor**. A mineradora fechou o período entre julho e setembro com ganho de R\$ 5,753 bilhões, uma queda de 19,4% ante o terceiro trimestre de 2017, mas manteve a redução de trajetória da dívida, conseguiu elevar o prêmio pago pela qualidade do minério de ferro e teve resultados que garantem uma remuneração mínima ao acionista de US\$ 1,142 bilhão.

A receita líquida da Vale atingiu R\$ 37,862 bilhões no terceiro trimestre, alta de 32,4% ante o terceiro trimestre de 2017, enquanto o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado foi de R\$ 17,368 bilhões no terceiro trimestre, alta de 31% ante igual período no ano passado. Em dólares, o lucro líquido foi de US\$ 1,408 bilhão, uma queda de 36% ante o terceiro trimestre do ano passado, ficando abaixo também da projeção média de oito casas de análise ouvidas pelo **Valor**, que foi de US\$ 1,932 bilhão. Essa média ficou, no entanto, abaixo do lucro líquido recorrente, que foi de US\$ 2,056 bilhões no terceiro trimestre e exclui impactos não recorrentes e não caixa do lucro líquido.

Para o diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Luciano Siani, a empresa "colheu os resultados de sua estratégia de diferenciação e de sua execução disciplinada". Em vídeo divulgado no site da mineradora, Siani ressaltou que a empresa, no terceiro trimestre, rompeu a barreira de produção de 100 milhões de toneladas de minério de ferro, com 104,9 milhões de toneladas do produto. Siani lembrou ainda que a empresa bateu recorde de produção de pelotas, com 13,9 milhões de toneladas no terceiro trimestre.

O executivo frisou ainda o bom desempenho de prêmio de minério de ferro. No terceiro trimestre, o prêmio foi de US\$ 8,6 por tonelada; sendo que, no segundo trimestre o valor tinha sido de US\$ 7,1 por tonelada; e no primeiro trimestre de 2018, US\$ 5,2 por tonelada.

Siani também chamou a atenção para a dívida líquida da empresa, que ao término do terceiro trimestre ficou em US\$ 10,7 bilhões, patamar mais baixo desde o terceiro trimestre de 2009 (US\$ 8,1 bilhões), "praticamente concluindo nosso programa de desalavancagem". Segundo ele, com os bons resultados apresentados até o momento, o conselho de administração da companhia aprovou investimento de US\$ 1,1 bilhão no Projeto Salobo III, no Pará, para expansão de mina de cobre.

No balanço, a companhia informou ainda que os resultados obtidos entre julho e setembro "se traduziram em uma remuneração mínima aos acionistas de US\$ 1,142 bilhão". O balanço da companhia diz ainda que, caso o mesmo resultado seja entregue no próximo trimestre, o dividendo mínimo relativo ao segundo semestre será de US\$ 2,3 bilhões, acima dos US\$ 1,9 bilhão dos seis primeiros meses do ano.

"Nos próximos anos, vamos explorar opções para o nosso fluxo de caixa livre acumulado de forma disciplinada. Os dividendos serão nossa escolha natural com base em nossa nova política", diz Siani no texto do balanço.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Pedido de vista adia caso de Santo Antonio no STJ

A ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Laurita Vaz pediu ontem vista no julgamento do agravo movido pela Santo Antônio Energia (Saesa) em disputa da ordem de R\$ 1 bilhão com distribuidoras do setor relativa às despesas previstas no contrato de fornecimento de energia a essas empresas, devido ao atraso no cronograma de implantação da hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira (RO). Laurita, que já tinha votado anteriormente contrário ao pleito da Saesa, solicitou vista após o ministro Felix Fischer ter proferido seu voto em favor do consórcio.

Ainda não há uma data para a retomada do julgamento. Em tese, porém, a ministra pode levar o processo de volta na próxima sessão da corte especial,

prevista para daqui a duas semanas. Com a decisão de Fischer e o pedido de vista de Laurita, o placar está em 1 x 1.

A disputa entre a Saesa, formada por Odebrecht, Furnas, Cemig, Andrade Gutierrez e FI-FGTS e as distribuidoras, é relativa às obrigações do consórcio de comprar energia no mercado de curto prazo (MCP) para honrar contratos de compra e venda com as distribuidoras no mercado regulado, relativo ao atraso nas obras da usina.

O julgamento atual trata-se de agravo apresentado pela Saesa para revalidar efeito de liminar derrubada anteriormente pelo STJ e que isentava o consórcio de ter que cumprir com essas obrigações.

Estima-se que o custo de aquisição dessa energia no MCP para honrar os contratos seja da ordem de R\$ 1 bilhão. Caso o tribunal entenda que a Saesa não precisa cumprir essas obrigações, as próprias distribuidoras terão que ir ao mercado para atender a demanda, repassando esse custo posteriormente aos consumidores do país, por meio de reajustes tarifários.

A Saesa já obteve duas liminares nesse sentido e que foram derrubadas posteriormente pelo STJ. O agravo em questão é relativo à segunda liminar. O consórcio, que alega que o atraso foi motivado por greves ilegais no canteiro de obras entre 2009 e 2013, reforçou seu argumento desta vez com base na Lei 13.360/2016, publicada após o início da discussão entre as partes na Justiça, em 2014.

O entendimento do consórcio é que, por essa lei, as greves ilegais configuram caso fortuito ou de força maior e a Saesa teria o excludente de responsabilidade pelo atraso. Assim, não seria obrigada a comprar energia no mercado.

Mas as distribuidoras entendem que, para haver o excludente de responsabilidade, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve reconhecer a ausência de responsabilidade do agente e o nexo de causalidade entre a ocorrência e o atraso, o que não ocorreu.

Representantes da Saesa alegam que a companhia poderá entrar em colapso, caso seja obrigada a arcar com esses custos, causando impacto para consumidores das distribuidoras e do mercado livre de R\$ 9,68 bilhões em dois anos.

Representantes das distribuidoras, contudo, não veem risco de colapso, devido ao porte dos acionistas, que teriam condições de depositar as garantias financeiras necessárias na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), para cumprir com os custos no MCP. No entendimento das

distribuidoras, a Saesa transfere riscos para os consumidores cativos, enquanto cumpre compromissos com os consumidores livres.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/10/2018

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado | De São Paulo

Título: Diminui a diferença entre ação ON e PN da Petrobras

Em um dia de nervosismo nos mercados, as ações preferenciais (PN) da Petrobras foram destaque pela relativa força mostrada em bolsa, inclusive em relação aos papéis ordinários (ON) da estatal. A PN reduziu a diferença de preço em comparação as ONs, que tiveram baixa mais expressiva ontem.

A Petrobras ON caiu 2,88%, a R\$ 28,32, enquanto a PN cedeu 1,98%, a R\$ 25,68 ontem. No "after market" da bolsa, o movimento foi até melhor: a ON caiu 2,33%, enquanto a PN ensaiou voltar para a estabilidade, em leve queda de 0,34%.

Segundo Gabriel Francisco, analista de energia da XP Investimentos, a principal razão para essa divergência no movimento é que, desde o começo da corrida eleitoral, as estatais passaram a incorporar as perspectivas de que o próximo governo adote uma agenda de privatização mais explícita, sobretudo depois que Paulo Guedes, coordenador econômico do candidato Jair Bolsonaro (PSL), afirmou que poderia desestatizar diversas empresas. Essa expectativa faz com que cresça o chamado prêmio de controle da ação, no caso as ONs, que dão direito a voto ao acionista.

No entanto, os investidores afastaram a tese de que a Petrobras deve entrar na lista de empresas privatizadas, o que faz com que esse prêmio de controle se reduza, ou seja, o investidor não precisa pagar tão mais caro para deter poder de voto na empresa. Em outras palavras, a ON não precisa incorporar um prêmio tão maior que o atribuído à PN e os dois ativos acabam reduzindo a diferença de preço.

Neste ano, os papéis da estatal também passaram a incorporar a melhora na governança corporativa da companhia e a volta do pagamento de dividendos, a partir de balanços bastante favoráveis. Isso ajudou a retirar a diferença entre as duas classes das ações, em um movimento que deve prosseguir.

Para Muhammed Ghulam, do Raymond James, a perspectiva favorável para o balanço da companhia é motivo adicional para o investidor continuar apostando

nos papéis, com a perspectiva de continuidade do pagamento de dividendo - a PN garante prioridade no recebimento de proventos. Além disso, com a eleição pautando o interesse do investidor em se expor a estatais, é a PN que melhor captura essa aposta.

No ano, a ON sobe 69%, um desempenho melhor do que a PN, que avança 62,8%. No mês, porém, o movimento é oposto: a ON sobe 17,5% e a PN, 23,8%.
(Colaborou Victor Aguiar)

MME / ASCOM .